

A SOCIEDADE LETRADA BRASILEIRA ENTRE O SÉCULO XVIII E O XIX: UMA ANÁLISE ENTRE GÊNEROS NO SUL DE MINAS GERAIS

THE BRAZILIAN LITERATE SOCIETY BETWEEN THE EIGHTEENTH AND NINETEENTH CENTURIES: AN ANALYSIS BETWEEN GENDER IN SOUTHERN MINAS GERAIS

Milena Pereira RABELO¹

Larissa Venâncio ESPULDARO²

Josué Humberto BARBOSA³

RESUMO

A história, sempre feita no presente, é construída e reconstruída de acordo com diferentes realidades e diante de interesses conflituosos entre grupos político-ideológicos: vencedores e vencidos, em geral elitista, orientada a partir da visão e das experiências dos homens. Nessa perspectiva, a partir das referências metodológicas da História Cultural, este estudo analisa as relações que a leitura de obras em circulação no Brasil, entre o século XVIII e o XIX, estabelece com a formação de uma sociedade letrada a partir das práticas literárias, que poderiam culminar em uma mudança comportamental feminina perante o modelo social patriarcal. Deste modo, estipula contrapontos sobre o que era lido, porque e por quem nesta época, na capitania e província de Minas Gerais, caracterizando as relações entre gêneros e as respectivas influências definidoras dos comportamentos sociais. As análises se baseiam em diferentes tipos de fontes históricas, como inventários de família post-mortem, que fornecem indicadores de pessoas alfabetizadas e letradas, listas de livros, relatos de viajantes europeus, bem como dos exemplares em afluxo no sul de Minas Gerais.

Palavras-chave: Gênero. Sociedade letrada. Sul de Minas Gerais.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras - UFLA, Lavras, Brasil; integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação - GIEPHE. Email: milenaprabelo@hotmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras - UFLA, Lavras, Brasil; integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação - GIEPHE. Email: larissaespuldaro@hotmail.com

³ Doutor pela Universidad de Salamanca – USAL; Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras – DED/UFLA, Lavras, Brasil; pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação – GIEPHE. Email: josue.barbosa@ded.ufla.br

ABSTRACT

History, always made in the present, is constructed and reconstructed according to different realities and conflicting interests between political-ideological groups: winners and losers, generally elitist, oriented from the vision and the experiences of men. From this perspective, using methodological references of Cultural History, this study analyzes the relations that the reading of works in circulation in Brazil, between the eighteenth and nineteenth centuries, establish with the formation of a literate society from reading practices, which could culminate in a change of behaviors of women towards the patriarchal social model. In this way, it stipulates counterpoints on what was being read, why and by who, at this time in the province of Minas Gerais, characterizing the relations between genders and the respective influences that define social behaviors. The presented analyzes are based on different types of historical sources, such as post-mortem family inventories, which provide indicators of literate people, book lists, reports of European travelers, as well as the influx of methodological references in southern Minas Gerais.

Keywords: Gender. Literate society. Southern Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

A história, sempre feita no presente, é construída e reconstruída de acordo com diferentes realidades e diante de interesses, em geral, conflituosos e entre distintos grupos político-ideológicos: vencedores e vencidos. Dessa forma, partindo do pressuposto de que a história é produzida pelo sexo masculino, um discurso hegemônico imposto por aqueles em posição de poder, aqui procuramos estabelecer contrapontos a essa visão.

A partir da perspectiva da História Cultural, este estudo analisa as relações que a leitura e a produção de textos impressos e em circulação no Brasil, entre o século XVIII e o XIX, estabelecem com a formação de uma sociedade e que poderiam culminar em uma mudança comportamental feminina perante o modelo social patriarcal: uma desconstrução da leitura masculina sobre as mulheres através de práticas discursivas na imprensa local, regional e nacional - análises de relatos de viajantes europeus, discursos, artigos de jornais e obras publicadas em diferentes contextos no período analisado.

As análises realizadas sobre discursos impressos se baseiam, enquanto suporte material e base de significação cultural, na organização socioeconômica do Sul de Minas Gerais e, sobretudo, na disposição da riqueza das famílias nas áreas de influência de Lavras no Período Colonial. Ademais, esse escopo se delimita como ponto de partida metodológico para que se possa estabelecer a presença dos diferentes níveis de capital local, monetário, cultural e

simbólico, bem como sua distribuição através da circulação de valores entre as distintas classes socioeconômicas.⁴

Essa fundamentação teórico-metodológica se baseia na premissa de que as análises dos registros entre gêneros pressupõem um inventário de saberes locais, do saber fazer e do saber ser autóctone das pessoas na região do Sul de Minas. Da mesma forma, para que esses saberes possam adquirir validade interpretativa, é essencial que se recupere historicamente a efetiva possibilidade de circulação desses saberes, estabelecendo o que é comum e distinto nessas ações, individuais e coletivas, de acordo com quem as expressam sobre comportamentos de gênero.⁵

Desse modo buscamos analisar a jornada feminina na imprensa e na sociedade mineira, tendo em vista sua entrada tardia nesse cenário e suas pautas quando se fez presente nos periódicos. Assim, destacamos mulheres letradas, resistentes à opressão e focadas na emancipação feminina através da educação.

2A PRESENÇA FEMININA E LEITURAS HISTÓRICAS: BRASIL E MINAS GERAIS

As significações culturais da e/ou sobre a mulher, enquanto poder de expressão na sociedade brasileira, e o modelo que sobre ela se alastrou no país, entre os séculos XVIII e o XIX, provêm de Gilberto Freyre. Modelando heranças comportamentais, assegurando um tipo dominante, tanto explicativo para as áreas rurais como urbanas.

Mas os meios de expressão da mulher ainda patriarcal e já burguesa, suas oportunidades de intervenção nas atividades extra domésticas, continuaram [...] insignificantes. Reduzidas a formas graciosas. Graciosas e quase inócuas.

Nenhuma mulher ortodoxamente patriarcal, ou semi patriarcal [...] foi capaz de comunicar a algum dos filhos, ao marido, ao irmão, a algum homem público ou a poeta seu apaixonado [...] sugestão que excedesse às de puro sentimento ou de pura sensualidade. Nunca os dois sexos se ajustaram numa criação comum, de significado político ou literário. Nada que se aproximasse de inteligente ação extra doméstica da mulher, através do marido, do filho, do irmão, com quem ela

⁴ A base de dados para a caracterização da organização socioeconômica da área de influência de Lavras foi obtida através da sistematização dos Montes-Mor constantes nos Inventários de Famílias *Post-Mortem*, entre as décadas de 1790 e 1822.

⁵ Aqui analisaremos principalmente três pedidos de divórcio levados a bom termo por mulheres em Minas Gerais e no Sul de Minas; para uma análise sobre as bases teóricas da História Cultural em relação à circulação de saberes em uma região, Silvia Cortês Silva e Josué Humberto Barbosa. **História Cultural de Pernambuco: a casa pernambucana. Patrimônio e memória de bens de famílias entre os séculos XVIII e XX**. Recife, ed. Bagaço, 2011, pp. 21, 22, 26-29.

colaborasse ou a quem estimulasse por meio de uma simpatia docemente criadora.⁶

Essas significações podem ser confrontadas com as interpretações sobre a mulher nas áreas de mineração e nas zonas agrícolas elaboradas por F. Iglésias. Nelas, o povoamento, a estrutura entre sexos e a organização e reprodução das relações entre gêneros não possuem significação a partir do parâmetro da sociedade patriarcal.

Era comum o abandono dos lares pelos maridos ou simples companheiros: as mulheres assumiam a direção; em poucos momentos se terá visto tamanho número de mulheres sós, encarregadas da casa, viúvas ou mães solteiras. [...]. Em síntese, a sociedade mineira conheceu alguma igualdade, foi mais democrática, segundo tese convencional que vem sendo muito repetida.⁷

Entretanto, se está claro inúmeras contradições nas relações entre gêneros em Gilberto Freyre e Francisco Iglésias, a partir das análises das áreas mineradoras, em relação às zonas agrícolas parece haver concordância entre eles.⁸

Todavia, de forma inédita, no Sul de Minas Gerais, entre a década de 1790 e o fim do Período Colonial, constatamos padrões de família, de riqueza, de relações entre sexos e de acesso à educação, que contrariam tanto as análises de Gilberto Freyre, para o Brasil, como de Francisco Iglésias, para Minas Gerais.

Em síntese, encontramos no Sul de Minas Gerais diversas posturas femininas que melhor devem ser analisadas sob a ótica de Michelle Perrot, mulheres que nunca são passivas nem submissas, mas encontram outras palavras e, sobretudo, outros gestos para serem diferentes.⁹

⁶ Gilberto Freyre. **Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**. 3ª ed., Rio de Janeiro, 1961, 1º tomo, pp. 111-12.

⁷ Francisco Iglésias. **Minas Gerais no século XVIII**, in: Rui Mourão. **Museu da Inconfidência**. 2ª ed., Ouro Preto: MG, MinC/IPHAN/Museu da Inconfidência, 1995, pp. 72-3. Grifo nosso.

⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 73.

⁹ M. Perrot. **Os Excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 212.

3 RELEITURAS ENTRE GÊNEROS NO SUL DE MINAS: 1789-1822

Uma série de relatos de viajantes estrangeiros ainda no Período Colonial já descreve relações entre gêneros no Sul de Minas Gerais, como o viajante francês A. Saint-Hilaire, indicando vários contrapontos às análises clássicas da historiografia brasileira.¹⁰

Em um primeiro relato chama atenção tanto à quebra de valores femininos preestabelecidos, a partir da forma como se vestiam, como à visão masculina associando valores patriarcais europeus e brasileiros.

Eu acabara de comer, apareceu a filha de minha hospedeira com dois filhos. Esta mulher, embora já passada a primeira mocidade, ainda é conservada. Os trajes tinham algo de teatral e pitoresco. Trazia vestido de chita com grandes ramagens, lenço amarrado à moda de turbante, ao alto da cabeça, e o peito descoberto segundo o costume da capitania. [...] Enfim, a um dos ombros trazia, atirada descuidadamente, uma capa de pano vermelho, com que se envolveu de diferentes maneiras durante a conversa.

Na comarca de S. João as mulheres se mostram um pouco mais do que nas outras partes da Capitania de Minas. Todavia, como tal hábito não é ainda corrente, as que aparecem não o fazem senão desprezando preconceitos e assim ostentam muitas vezes certa desenvoltura que tem algum tanto de repulsivo.¹¹

Corroborando essas análises, encontramos em um conjunto de 50 inventários de família *post-mortem* de Lavras, Sul de Minas Gerais, entre 1795 e 1822, uma diversidade de tecidos que expressa esse capital simbólico das mulheres na região em relação à sociedade patriarcal.

Um chapéu copa alta fino; um vestido de pano alvadio fino; um vestido de pano preto; um capote de baetão verde garrafa; um par de meias de seda; dois chapéus de sol grandes. “Fazendas Secas: baetão preto de ovelha; baeta cor de rosa; baeta de várias cores; pano azul fino; pano azul mais que fino; casimira; nove chapéus de pelo; cassa; ganga azul; jalanda [Tecido da Índia - de Jalandhar]; Holanda; chita azul, etc..¹²

Rompendo com a leitura histórica de uma sociedade que partilhava valores antes só encontrados nas áreas de mineração, os inventários revelam novas relações entre gêneros no país.

¹⁰ Auguste de Saint-Hilaire. **Viagens às nascentes do rio ao Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975 e **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1974.

¹¹ Auguste de Saint-Hilaire. **Viagens às nascentes do rio ao Francisco**, op. cit., pp. 49-50.

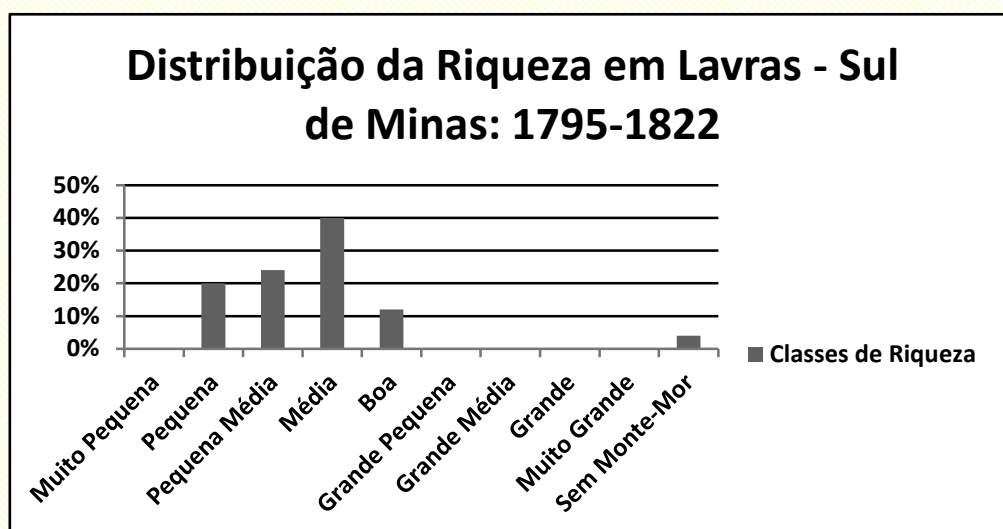
¹² **Inventário do Tenente Manoel Antônio Teixeira**. Lavras do Funil, 1820. Centro da Memória Cultural do Sul de Minas. Campanha, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Caixa n. 8.

Essa constatação se embasa também em dados inéditos sobre a riqueza das famílias no Sul de Minas Gerais. Para esse período, a historiografia econômica, em geral, considera que a riqueza dessa região é ainda marginal à economia do ouro, e que sua ascensão somente pode ser verificada após a independência e, mais precisamente, a partir do Período Regencial. Ao contrário, neste contexto, o Sul de Minas Gerais já havia assegurado a emergência de uma classe econômica dominante nacionalmente, assentada na produção de gêneros alimentícios tanto para a subsistência local como, ao gerar excedentes substanciais, para serem comercializados, sobretudo, na Corte, no Rio de Janeiro.

[...] uma conjuntura [...] favorável à diversificação da economia interna do sul de minas e, concomitantemente à ascensão social de novos setores das camadas dominantes, a dos produtores mineiros, que emergem nos primeiros anos da Regência, não somente na praça, mas também no cenário político da Corte.¹³

O ineditismo desses novos dados, diante desse novo cenário descrito acima, se assenta na peculiaridade da distribuição da riqueza das famílias inventariadas em Lavras, entre 1795 e 1822. Ou seja, não apenas ricos proprietários de terras estavam em ascensão econômica, mas verifica-se um novo equilíbrio sócio econômico regional entre todas as classes de riqueza.

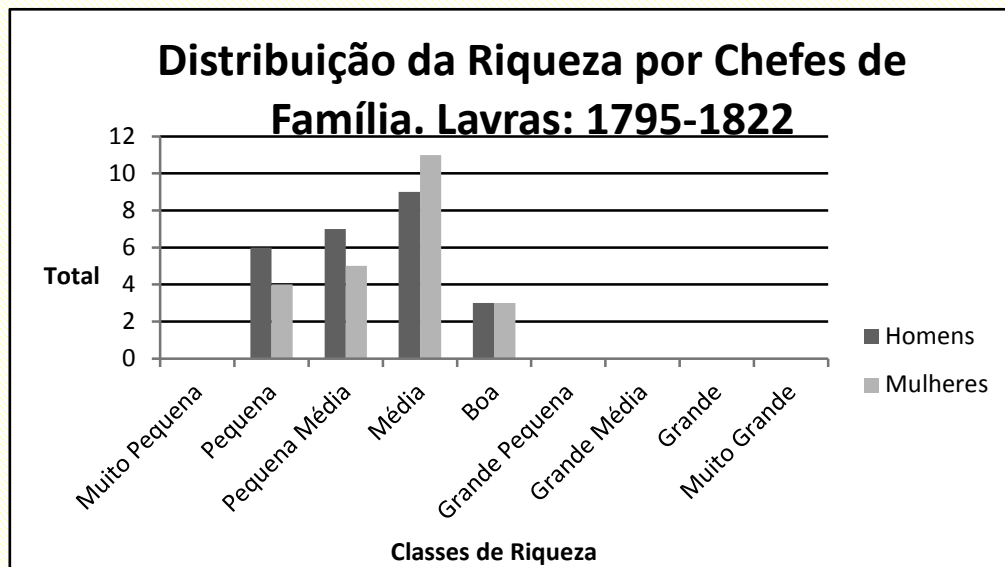
Assim sendo, como se demonstra no gráfico abaixo, nas três últimas décadas do Período Colonial o Sul de Minas já se constituía em uma sociedade rica. Ou seja, a riqueza estava concentrada nas classes intermediárias, não havendo, portanto, desigualdades socioeconômicas, polarizando classes muito pequenas e muito ricas.¹⁴



¹³ M. Odila da Silva Dias. *Prefácio*, in: Alcir Lenharo. *As tropas da moderação*. São Paulo, Símbolo, 1979, p. 147.

¹⁴ Para a definição das classes, Kátia Mattoso. *A riqueza dos baianos no século XIX*. Recife, Clio, n. 11, 1998.

Ademais, quando analisamos esses dados considerando os chefes de família remanescentes, ou seja, o cônjuge inventariante, a análise da importância da riqueza no Sul de Minas demonstra que nas classes mais altas as mulheres predominam.



Essa constatação incide substancialmente em todas as análises entre gêneros aqui realizadas, uma vez que as mulheres se destacam na riqueza da região enquanto chefes de família: pela singularidade destacada nos relatos de Saint-Hilaire, desprezando preconceitos a partir do imaginário masculino, brasileiro e europeu, da época; pela possibilidade de afirmação social perante a sociedade patriarcal, imaginário que predomina na historiografia; e, como veremos também se destacando pela presença diferenciada ao acesso a livros, em circulação entre o Sul de Minas e as regiões fronteiriças, notadamente com a região do ouro e com a capital da Colônia, o Rio de Janeiro.

A família de Dona Maria Esméria estava presente nessas atividades que requeriam especializações gerenciais, destacando o acesso à leitura e à escrita, à contabilidade e ao relacionamento social amplo, uma vez que o casal possuía uma série volumosa de dívidas ativas. Isso significava que um conjunto de habitantes de Lavras contraía empréstimos à sua família e assim lhe exigia específico controle contábil em livros próprios.

Em relação ao acesso à leitura e à escrita é revelador, a partir do inventário dessa família, a circulação do conhecimento no Sul de Minas, pois nele se é destacada a presença de

obras religiosas, literárias, políticas e gramaticais, enfim, cultura intelectual que seguramente diferenciava dona Maria Esméria na Lavras Colonial.

Além dessa família, há outras em que as mulheres também se destacavam. Tal fato é comprovado ao encontrarmos nos inventários esposas como inventariantes, tornando-se chefes de família, com suas assinaturas, afirmando assim o pleno conhecimento linguístico, portanto, sendo elas letradas e com presença social destacada na sociedade Colonial.

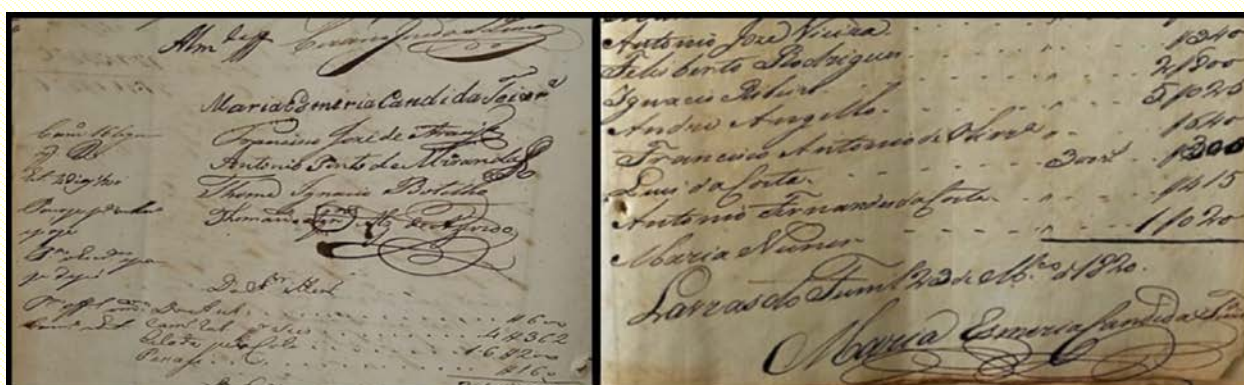


Figura 1 - Imagem da assinatura de D. Maria Esméria Cândida Teixeira, indicando ser dela a tarefa de gerenciar os empréstimos realizados e responsável nas contas de inventário.

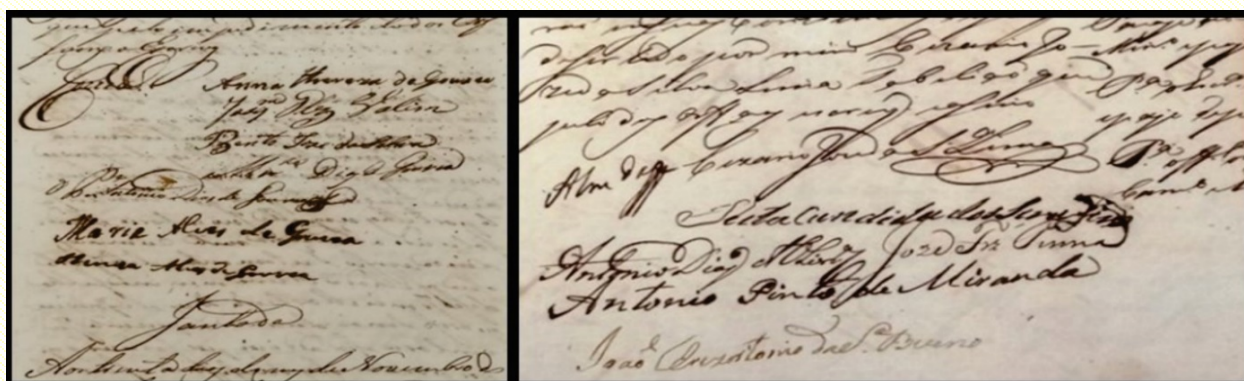


Figura 2 - Assinaturas de várias mulheres em dois inventários de Lavras, atestando a presença feminina em diferentes contextos e ressaltando seu reconhecimento em ações judiciais, oriundo da posição social de pessoas letradas, onde a norma era a eleição de um procurador.

As análises socioeconômicas e releituras entre gêneros no Sul de Minas Gerais, nas últimas décadas do Período Colonial (1789-1822), apresentam assim novas características à leitura dessa sociedade. Elas contrariam a historiografia em termos de riqueza e apêndice à economia do ouro, bem como em relação às mulheres, desviando à ordem patriarcal.

Uma reescrita da história das mulheres no Sul de Minas pela possibilidade de acesso à leitura, à escrita e às distintas obras de referência, cultural e política, universal. Realidade essa que atesta a presença histórica das lutas das mulheres contrapondo o estereótipo do **belo sexo** de Gilberto Freyre.

4 AFIRMAÇÃO FEMININA ENTRE A INDEPENDÊNCIA E A REGÊNCIA: PRÁTICAS SOCIAIS E JUDICIAIS

Entre 1822, ano da Independência do Brasil, e 1840, fim do Período Regencial, as mulheres iniciaram um movimento de quebra do silêncio e da busca por direitos que as tirassem da vida imersa no preconceito, dos cuidados domésticos e de incredibilidade. Assim, passaram a lutar através da escrita e de ações judiciais, buscando a afirmação de posicionamentos e leituras próprias contrárias ao patriarcado.

Segundo Constância Duarte, urgia às mulheres levantarem uma primeira bandeira, a saber, a de obter o direito básico de aprender a ler e a escrever, até então reservado ao sexo masculino, para que pudesse alçar à esfera jurídica na concretização de direitos fundamentais.¹⁵

Desta forma, em 1827 criou-se a primeira lei que autorizava a abertura de escolas públicas femininas, e a escola gratuita e para todos passa a ser prevista em lei. Entretanto, como era dever das províncias em poucas regiões foi promovida.

Nesse contexto, as mulheres que obtiveram uma formação escolar diferenciada acabaram por se tornar porta-vozes do movimento em prol da educação e da emancipação do sexo feminino. O marco inicial então ocorre através da literatura, com a publicação, no ano de 1832, do *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Nísia Floresta identifica na herança cultural portuguesa a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a ideia dominante da superioridade masculina. Homens e mulheres, afirma, “são diferentes no corpo, mas isto não significa diferenças na *alma*”. Ou as desigualdades que resultam em inferioridade “vêm da educação e circunstâncias da vida”, argumenta, antecipando a noção de gênero como uma construção sociocultural. Segundo a autora, os homens se beneficiavam com a opressão feminina, e somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada.¹⁶

¹⁵ Constância Lima Duarte. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados, 17 (49), 2003, p. 152.

¹⁶ Constância Duarte. **Feminismo e literatura no Brasil**, op. cit., p. 153.

Mas a ação social reivindicatória de direitos iguais através da literatura, enquanto campo de expressão das mulheres letradas, não foi a única. Demonstrando a amplitude de possibilidades de ação em prol de seus direitos, muitas adentraram com processos judiciais de divórcio, exigindo serem ouvidas e atendidas de imediato frente às violências masculinas.

Por exemplo, somente no Bispado de Mariana, entre os séculos XVIII e o XIX, existem 156 libelos de divórcio e nulidade de casamentos cadastrados. Mais especificamente, entre 1822 e 1900 foram arrolados 46 libelos, sendo que a maior concentração deles (33%) ocorre justamente entre 1822 e 1840, período em que estamos analisando a presença feminina na sociedade no Sul de Minas Gerais.¹⁷

Os motivos elencados para solicitar o divórcio eram, em ordem decrescente, o adultério, a dispersão de bens, as sevícias e o abandono. Entretanto, uma série de outros motivos é relacionada, no qual poderiam ser os reais motivos de pedidos de divórcio escondidos sob os motivos formais.¹⁸

Nesse sentido, entre esses libelos analisados por Isabela do Amaral aparece um em específico que apresenta as relações entre gêneros em Lavras, e se torna revelador, pois em nossas pesquisas também encontramos um manuscrito desta freguesia de libelo de divórcio, na mesma década, em que muitos motivos elencados se aproximam. Entretanto, há uma diferença primordial, enquanto o primeiro é requerido ao Bispado de Mariana, portanto, na justiça eclesiástica, o segundo é requerido na justiça civil, no qual uma série de motivos complementares ao primeiro revela outras práticas masculinas em voga na sociedade local.

Essa diferença entre os âmbitos onde foram requeridos os divórcios, o eclesiástico e o civil, apresenta uma nova realidade social e jurídica crucial em relação às práticas das mulheres que se sentiam oprimidas pelos seus maridos na década de 1830 no Brasil.¹⁹

Os requerimentos de divórcio analisados possuem como autoras Dona Maria Joaquina dos Anjos, datado do ano de 1830, com entrada na justiça eclesiástica no Bispado de Mariana, e o

¹⁷ Isabela Guimarães Rabelo do Amaral. **Resistência feminina no Brasil oitocentista: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no Bispado de Mariana**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 206.

¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 172 e 181.

¹⁹ Opinião do Excelentíssimo bispo conde frei Francisco de São Luiz sobre conciliações em casos de divórcios. [S. l.], [1835]. 07 p. Original. Manuscrito. Coleção Portugal. BNDigital; Requerimento para divórcio e separação de bens; autora Maria Florinda de Mendonça. Lavras, 1836, Centro da Memória Cultural do Sul de Minas, Campanha: Minas Gerais.

já referido de Dona Maria Florinda de Mendonça, datado do ano de 1834, com entrada na justiça civil da comarca de Lavras, Sul de Minas.

Os motivos listados pelas mulheres se entrelaçam em relação ao desmazelo do homem com o patrimônio e negócios da família e aos de maus-tratos contra a integridade física, psíquica, moral, sentimental da esposa. Todavia, no primeiro requerimento de divórcio, ainda é apresentado como motivo a exploração sexual da mulher pelo marido na sociedade de Lavras, ademais, destaca que o marido nunca se submeteu ao trabalho, tendo uma vida de vadiagem e alcoolismo, e que passou também a usar e a gastar todos os ornamentos que a mãe da autora havia lhe dado para passar a vida da melhor forma.

O segundo requerimento, por sua vez, relata que o réu deixou de cumprir com o papel de esposo e pai, se entregando a ociosidade e inabilidade, de forma a não se importar com os bens do casal, comprando inúmeras fazendas e gêneros, deixando os negócios em ruínas.

Por outro lado, além dos relatos contra as propriedades da família, ambas expõem violências realizadas pelos réus. Nos motivos apresentados por Maria Joaquina dos Anjos, é relatado que para bancar a vida farrista e de luxos do marido ele próprio convidava outros homens para usarem o corpo da autora, sendo ela claramente exposta de forma violenta. Por sua vez, Dona Florinda de Mendonça alega que o marido atentou contra sua vida com uma arma de fogo, escapando ao fugir para a casa da sua mãe. Todavia, uma nova tentativa de assassinato foi perpetrada com uma faca, que só não foi efetivada porque uma terceira pessoa impediu.

Em conclusão, tanto em relação às lutas no campo social, que aqui foi destaque na literatura, como no campo judicial, em que aqui foram privilegiadas ações de divórcio, fica evidente que entre a Independência e o fim do Período Regencial, horizonte cultural em que se buscava afirmar uma identidade nacional, se desenvolveu no país uma intensa luta pela significação entre gêneros.

Enfim, em uma síntese, relacionando ações sociais e judiciais, é paradigmático um terceiro pedido de divórcio, o de Dona Beatriz Brandão, mineira, tradutora, musicista, poeta e educadora, pois após vinte e seis anos de casamento a igreja concedeu-lhe o divórcio com o alferes Vicente Batista Rodrigues Alvarenga, diante da acusação de praticar sevícias contra ela.

Após sua separação, Beatriz partiu para o Rio de Janeiro, onde se fixou como escritora, tendo seu prestígio intelectual reconhecido e suas obras publicadas nos jornais da época.²⁰

5A VOZ FEMININA NA IMPRENSA NO SUL DE MINAS GERAIS

As ações literárias e judiciais se destacam quando falamos da voz, da força e da busca da mulher por uma nova visão do sexo feminino; por um novo quadro político-social, no qual seus direitos sejam realmente atendidos e para que suas atitudes sejam consideradas e respeitadas por toda sociedade.

Nesse sentido, em 1852 um novo marco no discurso das mulheres surge com o primeiro jornal escrito pelo sexo feminino no Brasil: *O Jornal das Senhoras*. Fundado por Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina moradora do Rio de Janeiro, se destacou ao incentivar as mulheres a ilustrarem, emanciparem e lutarem por uma vida social melhor.²¹

Por volta de 1870, influenciado por este primeiro jornal, inúmeros periódicos e revistas produzidos por mulheres começaram a aparecer por todo o Brasil. O Sul de Minas Gerais também foi por ele motivado e em 1873 destacou-se com seu primeiro periódico escrito por uma mulher: *O Sexo Feminino*, editado entre 1873 e 1874 em Campanha e, depois até 1889 no Rio de Janeiro.

A autora do jornal Francisca Senhorinha Motta Dinis, foi um exemplo nato da voz feminina no Sul de Minas, abordava temas diversos e principalmente àqueles voltados para a emancipação das mulheres através da educação e instrução.

Em seu primeiro número o tema é de imediato *A educação da mulher*, na qual destacava a importância da educação integral das mulheres, não apenas práticas domésticas; a urgência de mulheres entendidas em assuntos diversos, como os negócios da família, para que quando se casassem não ficassem à mercê do marido, e que não mais fossem tratadas como mobília.

A mulher, pertencente ao sexo frágil; como é denominado pela onipotência do homem, é um móvel, um brinquedo que o capricho de qualquer estóico coloca no canto da casa ou atira barbaramente à última escala social! (...). Quando filha,

²⁰ Fernanda Pires Priamo, Leandro Pereira Gonçalves, Nícea Helena de Almeida Nogueira. **Literatura imperial: a escrita poética feminina de Beatriz Brandão**. Revista de Artes e Humanidades, n. 8, maio-outubro, 2011, p. 7.

²¹ Constância Lima Duarte. **Feminismo e literatura no Brasil**. Brasil, Op. Cit., p. 155.

quando mãe, esposa ou viúva, sempre, sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem.²²

Assim sendo, *O Sexo Feminino* entra em cena com o compromisso de dar sentido à vida das mulheres no Sul de Minas, que além da possibilidade de estudarem, educar seus filhos e passar a ser educadoras nas escolas. Desta forma, a autora em seu jornal alerta e encoraja as mulheres a lutarem pelo seu espaço, sua educação, seus direitos e para que além da luta não ficassem em silêncio.

Principiemos a reagir contra o despotismo do homem, e o primeiro passo seja este, habituando-nos a vir à imprensa exprimir os nossos pensamentos. Ao ver despontar o primeiro órgão de nosso sexo no seio desta cidade, transborda-me o espírito de júbilo, porque é o primeiro raio de luz que reflete em nossa sociedade de trevas.

Por fim, se fez imprescindível escrever detalhadamente o que as mulheres almejavam, em seu oitavo periódico intitulado *O que queremos?*

Queremos a nossa emancipação [...] queremos reaver nossos direitos perdidos; queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos; queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos [...] queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos quando a isso formos obrigadas; queremos em fim saber o que fazemos, o porquê e pelo que das coisas; queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas; queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa; só o que não queremos é continuar a viver enganadas.

Em síntese, uma reescrita histórica, a partir da leitura que as mulheres faziam de si mesmas, através das roupas, da presença nos negócios da família, na chefia da casa, na literatura e através dos processos judiciais, lançando um novo olhar historiográfico sobre padrões entre gêneros nas épocas analisadas.

6 CONCLUSÃO

A partir de um olhar crítico sobre as relações entre gêneros no Sul de Minas Gerais, entre o final do século XVIII e o final do século XIX, encontramos inúmeros contextos sociais, políticos, econômicos e ideológicos nos quais as mulheres assumiram o papel de protagonistas.

²² Jornal *O Sexo Feminino*. Número 02, Campanha, 1873.

Esses contextos demonstram o quanto que a história oficial ofusca realidades vividas por nossos antepassados, continuando a valorizar determinados privilégios ao excluírem específicos grupos que historicamente contestam o *status quo* dominante. Como exemplo, ao contrário das leituras patriarcais, aqui se demonstra o quanto que as mulheres não aceitavam as condições de opressão, sempre acreditando na possibilidade de sua afirmação diante do sexo masculino.

Enfim, apesar do longo caminho que as mulheres ainda precisam percorrer, é de extrema importância que olhemos para nossa história e encontremos mulheres não passivas e nem submissas. Sobretudo, para que não nos deixemos levar pelo pensamento machista de que só se lutou por espaço no século XX, apagando todas as lutas femininas aqui apresentadas.

REFERÊNCIA

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.